

Mourão defende PEC que desvincula Orçamento

Por Carla Araújo e Fabio Murakawa | De São Paulo

O vice-presidente Hamilton Mourão defendeu ontem que a proposta de emenda constitucional (PEC) para desvincular as receitas e despesas do Orçamento deve tramitar o quando antes, como quer o ministro da Economia, Paulo Guedes. Para Mourão, o envio desta PEC não atrapalhará a tramitação da reforma da Previdência. Mourão diz que a PEC da desvinculação é importante para que o Congresso recupere "um poder que hoje ele não tem, que é de realmente montar o Orçamento". "E o Executivo fica com a grande função de executar o orçamento", completou.

Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" neste fim de semana, Guedes defendeu que a PEC que desvincula receitas e despesas do Orçamento tramite "o mais rápido

possível" no Congresso. A medida foi antecipada pelo Valor em novembro, ainda durante os trabalhos da equipe de transição, e posteriormente comentada pelo titular da pasta em seu discurso de posse. Agora, Guedes diz que o texto deve tramitar no Congresso ainda durante a discussão da reforma da Previdência.

Na entrevista, Guedes chamou a medida de "PEC do pacto federativo" porque, em sua visão, ela abriria caminho para os recursos serem redistribuídos entre União e entes subnacionais. "Está caótico o quadro financeiro de Estados e municípios. Isso significa que o timing político é já. Então, nós vamos mandar o pacto federativo também para o Congresso agora, mas pelo Senado", afirmou.

Em entrevista ao Valor no fim do ano passado, Mourão já vinha defendendo a elaboração da PEC para desvincular receita, porque na sua avaliação a Constituição engessa

o país.

O vice-presidente disse não acreditar que a viagem do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para a Antártida, nesta semana atrapalhe as negociações na Previdência. "O presidente [Jair Bolsonaro] conversou com Rodrigo [Maia] no sábado, também estive com ele ontem. E o presidente Rodrigo Maia vai montar as comissões essa semana, então acho que está dentro do cronograma", avaliou.

Mourão procurou ontem minimizar o noticiário de que há uma disputa entre os adeptos do filósofo Olavo de Carvalho e os militares que participam do governo pelo controle da administração. "Em primeiro lugar, não tem ala militar. Tem alguns militares que foram designados pelo presidente para suas funções. Cada está zelando pela sua área, ninguém se mete na área do outro", argumentou.

Projeto que põe Orçamento nas mãos de políticos deve chegar ao Senado em abril

Proposta. Prazo é estimado pelo líder do governo na Casa, Fernando Bezerra; defendida por Paulo Guedes e conhecida como PEC do pacto federativo, proposta vai tratar da desvinculação de gastos e deve ter como alvo os percentuais mínimos para saúde e educação

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A proposta que pretende tirar as "amarras" do Orçamento da União, de Estados e municípios e ampliar os repasses de recursos para os governos regionais deve chegar ao Senado no início de abril, prevê o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra (MDB-PE). O ministro da Economia, Paulo Guedes, revelou em entrevista ao "Estado" que pretende enviar logo a proposta para tramitar com a reforma da Previdência, só que começando pelo Senado. Um dos alvos da medida, segundo apurou a reportagem, deve ser o percentual mínimo de gastos em saúde e educação.

A tramitação da proposta contará com o apoio de uma Frente

Parlamentar Mista do Pacto Federativo, que será lançada amanhã. A intenção é dar maior liberdade na hora de gastar, pois hoje nem sempre é possível priorizar as urgências pela obrigação de cumprir percentuais mínimos de gastos em determinadas áreas. Na União, as despesas não obrigatórias representam apenas 9% do Orçamento total de R\$ 1,4 trilhão, e o Congresso Nacional nem pode dispor de tudo porque gastos para manutenção da máquina são tidos como essenciais. Com essa medida, nem toda despesa poderá ser decidida de forma discricionária, uma vez que alguns gastos continuarão sendo obrigatórios em qualquer contexto, como benefícios previdenciários e salários de servidores.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi, diz que aguarda a proposta final para avaliar a medida, mas indicou que as prefeituras são favoráveis à maior repartição de recursos. Apoio. O líder do governo no Senado também disse que a iniciativa tem apoio e simpatia de governadores

e prefeitos. Segundo Bezerra, o ambiente para a apresentação da proposta ainda está sendo construído, e há a expectativa de que Guedes vá ao Senado ainda esta semana para debater a iniciativa. "Os Estados e municípios acabam tendo pouca autoridade sobre o seu Orçamento, o que torna muito difícil revisar prioridades", disse o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

No entanto, outro governador, do Nordeste, afirmou que a medida não ajuda os Estados no curto prazo e disse ser contra a desindexação do salário mínimo. Bezerra reconheceu que a medida é polêmica. Técnicos do Congresso também alertam para a dificuldade de aprovar uma PEC que mexa nos mínimos constitucionais e ainda promova a "desindexação", que no limite significaria nenhuma obrigação de reajuste em benefícios e salários. A avaliação, no entanto, é que a medida tem chance de aprovação. A PEC terá o apoio da frente mista, que tem a adesão de mais de 250 congressistas. / COLABOROU MATEUS FAGUNDES

Economistas temem que PEC atrapalhe reforma da Previdência

Entendimento é de que envio ao Senado do projeto que desvincula gastos possa prejudicar tramitação da reforma

Economistas temem que o envio ao Senado da proposta de desvinculação dos gastos do Orçamento possa atrapalhar a tramitação da reforma da Previdência. A intenção de enviar o projeto à Casa foi revelada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, no domingo, em entrevista ao Estado. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) tem o objetivo de transferir para os políticos a responsabilidade do controle orçamentário.

Na avaliação do economista-chefe do Banco Safra e ex-secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, embora a proposta seja pertinente, os esforços do governo devem estar focados na tramitação da reforma da Previdência, neste momento. "Trabalhar nessa direção é bom, mas acho que é uma PEC complexa. De fato, o momento hoje é da Previdência Social."

Segundo ele, o País chegou a uma situação fiscal limite e, nesse contexto, novas regras para as aposentadorias são fundamentais, principalmente com o regime de teto de gastos vigorando. Aliás, com esse limite de despesas estabelecido, a revisão das obrigações de gastos que constam na Constituição também seria apropriada.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, a PEC é um contrassenso diante do discurso de posse do ministro e pode diluir o esforço que o governo deveria fazer durante a tramitação da reforma da Previdência. "Não faz sentido gastar capital político com isso ao mesmo tempo que se busca a aprovação da Previdência, ainda mais diante de toda dificuldade política que se vê com Bolsonaro." Para ele, só a aprovação das novas regras de aposentadorias demandará um esforço gigantesco, sobretudo porque o que se vê até agora é uma desorganização do próprio governo.

Na avaliação de Vale, a ordem dos fatores pode atrapalhar o resultado final necessário para o País, uma vez que nenhuma proposta de novo pacto federativo elimina o fato de que os gastos previdenciários representam 60% das despesas no contexto do teto de gastos. "Não há alternativa, esse pacto em nada muda o cenário catastrófico", disse, estimando que o processo de tramitação da reforma da Previdência seja muito mais lento. O economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria Integrada, reconhece que o tema poderia ser colocado em outro momento, mas não acredita que vá atrapalhar a evolução da reforma previdenciária.

Para ele, o ideal seria o governo focar todas as atenções na Previdência, já que é um assunto importante para tentar solucionar o problema fiscal. "É um assunto complicado, complexo em termos de implementação e questionável." / SIMONE CAVALCANTI e MARIAREGINA SILVA